



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 3/2015

SESSÃO ORDINÁRIA

30 DE JUNHO DE 2015

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: Mónica Serras

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no edifício da Junta de Freguesia de Valhascos, concelho de Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

1. **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
2. **Lista dos compromissos plurianuais;**
3. **2ª Revisão Orçamental e 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano;**
4. **Proposta final – regulamento do parque empresarial de Sardoal;**
5. **Compromissos plurianuais – delegação de competências;**
6. **Isenção de vistorias - ARU;**
7. **Prestação de serviços - certificação legal de contas – parecer prévio,**
8. **Concurso de bombeiros – prorrogação de prazo;**

Período de Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Anacleto da Silva Batista, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Duarte Jorge da Silva Pedro, Francisco da Silva António, Francisco José Soares Lopes, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Luis Manuel da Conceição Grácio, Maria Arminda Luz Oliveira, Miguel Afonso Catalão Alves, Mónica Sofia Jorge Serras, Paulo Jorge Falcão Lourenço, Pedro Miguel Matos Carreira, Vítor Lopes Pires, Sara Louro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu as boas vindas à representante da Junta de Freguesia de Alcaravela, Sra. Sara Louro, que se encontra em substituição do Presidente da junta de Freguesia. -----
Estiveram presentes os Senhores, Presidente da Câmara e Vereadores, Pedro Rosa, Fernando Vasco e Rui Serras. -----

Não esteve presente na sessão o Senhor Vice-Presidente da Câmara, por se encontrar de férias, tendo a sua falta sido justificada. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Período Antes da Ordem do Dia

Tomou palavra o Senhor deputado Luís Grácio referindo estar satisfeito por ver o movimento existente na freguesia e que é preciso continuar a descentralizar estas coisas e, já que se está na freguesia de Valhascos, gostaria de questionar a Câmara Municipal sobre algumas obras que estão previstas e que não se vê movimento nenhum, o esgoto na zona norte, as estações de tratamento, a qualidade da água e, gostava que fosse dito à população de Valhascos o estado em que estas coisas se encontram.-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António referindo ter assistido muito recentemente à inauguração do percurso terrestre denominado a Grande Rota da Prata e do Ouro em parceria com o município de Vila de Rei. Em sessões anteriores tem referido a importância desta e de outras rotas, no sentido de levar as pessoas aos recantos de maior beleza e de maior historial que felizmente existem em quantidade pelo concelho e, a sua satisfação foi ainda maior, porque esta rota atravessou literalmente a freguesia de Santiago de Montalegre e levou de facto as pessoas aos pontos mais esquecidos, mais abandonados, dando os parabéns ao executivo municipal por mais esta saudável iniciativa, ficando à espera que outra possam surgir, como aquela que já referiu anteriormente, nomeadamente a Rota das Fontes, pois existem muitas no concelho de Sardoal, todas diferentes na sua estrutura e construção, apresentando, de alguma forma, interesse para quem visita. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco Lopes, para fazer uma chamada de atenção, porquanto no dia 16 de maio, a sirene do quartel dos bombeiros tocou e, quando o Senhor Presidente diz que o concelho está assegurado durante trezentos e sessenta e cinco dias por ano, pelos voluntários, na verdade não é bem assim, porque, para sair o terceiro carro, teve de tocar a sirene, estando-se a falar de dezassete elementos, faltavam dois elementos. Referiu ter estado presente e que gostaria de estar ao serviço, mas que não querem, desejando falar com o Senhor Vice-Presidente sobre o assunto. Disse ainda o Senhor deputado, terem sido detetados dois carros com falta de travões, um dos quais um veículo tanque, que já foi por duas vezes à reparação, mas vem sempre com o mesmo problema, questionando se não seria mais barato enviar à própria marca e resolver o problema de vez. Disse ainda ter sido detetado, num veículo de combate a incêndios, também falta de travões, não sabendo como está a situação atualmente. -----

O Senhor deputado fez ainda referência a outra situação, em que, entre as doze e trinta e as treze, o tanque de abastecimento de água que existe no quartel de bombeiros, estar com um palmo de água

onde faz a diferença, o segundo ou o primeiro reabastecimento das viaturas, porque já se veio de mais longe, nomeadamente de S. Domingos, abastecer ali e o tanque dos bombeiros não tinha água, inclusivamente as boias, que têm sondas, não estavam a funcionar, os furos estariam desligados e, numa situação daquelas, o risco era muito elevado. -----

Referiu também outra situação, detetada nesse incêndio e, que a bancada do PS tinha falado na última reunião da Assembleia, por causa da situação dos Canarinhos, em que nessa altura vieram dois grupos de Canarinhos de Castelo Branco e o Senhor Presidente disse que, nas tropas mandam os generais, questionando se não seria de chamar à atenção dos senhores generais que o risco era muito elevado. - Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, começando por dizer ser com muito orgulho que se realize a sessão da Assembleia Municipal na freguesia de Valhascos e, como Presidente de Câmara, sente orgulho em estar em todas as freguesias, deixando uma nota especial, visto que está na terra da sua querida avó. -----

Em resposta ao deputado Luis Grácio, sobre as obras previstas, o saneamento básico da zona norte, da freguesia de Valhascos, está previsto, tendo sido feitas as candidaturas várias vezes, o QREN não correu bem nos últimos tempos, então houve falta de dotação orçamental e como já referiu, estava primeiro, no MaisCentro e depois teve de passar para o POVT. De qualquer das formas, a Câmara não abandonou esse processo, na verdade existe uma pavimentação que tem de ser feita, para substituição de candidaturas, tendo já saído um regulamento dentro daquilo que é o POSEUR, da eficiência dos recursos, estando a adaptar-se a candidatura que se tinha para estas obras, a estes novos regulamentos. Uma das coisas que agora pedem é que seja feito o cadastro das infraestruturas e sairá muito em breve, o concurso para que a Câmara se candidate à feitura do cadastro das infraestruturas. Infelizmente o problema não é só Valhascos porque se fosse seria de mais fácil resolução, está-se a falar de mais de um milhão de euros de obra, a Câmara terá o trabalho de casa feito, para que, quando as candidaturas abrirem, a Câmara se candidate. A Câmara está atenta, esta situação está nos seus planos, nas suas ambições, nos seus compromissos. Também tem de se compreender que é um valor que, de modo nenhum, pode ser feito com um orçamento municipal. -----

Em relação às estações de tratamento, a ETAR de Sardoal está concluída, as obras vão continuar nas outras localidades e irão ser feitas também em Valhascos, havendo acompanhamento, limpeza, monitorização. -----

Relativamente à qualidade da água referiu que em sua casa, todos bebem água da torneira, porque a mesma é controlada, acompanhada, analisada e que tem a certeza absoluta, que é água que se pode beber à confiança. É verdade que há situações em que ela vem com um ar menos agradável e, como devem ter reparado, há bem pouco tempo a Autarquia fez um edital a alertar para essa situação que, neste momento, é de transição entre o abastecimento de água da Barragem da Lapa para o abastecimento de Castelo de Bode, processo de ligações, com desinfeções da água, que terá início na próxima semana. -----

Disse também e, dirigindo-se ao Senhor deputado Francisco António, que algumas falhas técnicas que havia no percurso já estão corrigidas, dizendo ainda que a Rota das Fontes é uma boa ideia. -----

No que concerne aos bombeiros, disse manter o que tinha dito anteriormente e que o sistema está feito desta forma, sai um carro, que é o que se tem em permanência, fora do dispositivo e, os restantes carros, havendo um primeiro carro de combate, saem por sirene, não acreditando que haja alguém que tenha um número suficiente de homens para poder fazer sair, vinte e quatro horas por dia, três carros, não há instituição nenhuma de bombeiros, idêntica à do Sardoal que tenha em permanência 24 horas por dia, no quartel, pessoal suficiente para ter três carros prontos a sair, se cada carro tiver uma equipa de cinco homens, são quinze homens, multiplicando por vinte e quatro horas por dia. Pelo que percebeu, saiu uma primeira equipa e depois para as outras, foi tocada a sirene, mas é claro que há um alerta dado pelo CDOS, havendo também outros meios de apoio, o combate foi feito e bem feito. -----

Em relação à questão da água, o Senhor Presidente disse que se estava fora do período do dispositivo, mas agora dentro do dispositivo já existem outras equipas de permanência, inclusivamente Canarinhos. Continuou dizendo que não é o Presidente da Câmara Municipal de Sardoal que decide se o concelho terá Canarinhos ou não, compete-lhe arranjar as melhores condições para que os bombeiros e os Canarinhos estejam, de tal forma, que neste momento, o concelho tem uma equipa de Canarinhos em permanência e, de acordo com o que lhe foi dito, irão ficar durante o ano todo. No final do dispositivo e quando for feito o balanço, terá algumas questões a levantar às autoridades, pois não consegue perceber como é que o dispositivo começa mais cedo em alguns concelhos que não têm o mesmo grau de perigosidade e risco máximo de incêndios como Sardoal. Se Sardoal, Mação e Vila de Rei são as regiões do país que estão sempre em risco máximo de incêndio, não percebe porque é que desde o primeiro dia do dispositivo, o reforço não é feito como acontece noutros sítios. Esta é uma pergunta que tem para fazer em jeito de balanço, neste momento as coisas já estão normalizadas, mas este

normalizado devia ter sido feito desde o primeiro dia e não desde o dia 15 e, se assim fosse, esta situação não tinha acontecido. -----

Relativamente à falta de travões, não tem conhecimento, irá saber sobre o assunto, mas não acha que seja normal. Terá primeiro de validar esta informação, dado que o Senhor deputado não estava no local, daí alguém lhe ter dito e também é preciso perceber, se o que lhe disseram foi assim mesmo. Existem relatórios das ocorrências, irá analisar e fazer o cruzamento dos dados e, só depois, dará informação nesse sentido. -----

Relativamente à água, sabe o que aconteceu, o que se passou foi ter havido um problema com a água da rega da Tapada da Torre, em que os aspersores do jardim deitaram água durante a noite toda e que fez com que o tanque fosse abaixo e teve de ser corrigida esta situação. -----

Ordem do Dia

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara fez referência a alguns assuntos, nomeadamente a educação por excelência, em que existe uma parceria com a Universidade Nova de Lisboa, para que se possa fazer uma análise territorial da educação, do sistema educativo e, para que daqui, possam sair sugestões para melhorias. Referiu o trabalho efetuado na Comunidade Intermunicipal, nesta primeira fase do Quadro Comunitário de Apoio, no item dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI), onde foram feitas várias propostas, aquilo que foi o compromisso do executivo perante os municípios e os sardoalenses, tendo sido enquadradas algumas, que eram possíveis. Estes investimentos funcionam muito numa lógica de comunidade intermunicipal, de equilíbrio de um território, sendo aqui que a Câmara tem algumas obras no âmbito da eficiência energética, a requalificação da escola. Este processo encontra-se ainda em execução, ainda está em negociação com a CCDR Centro e, logo que esteja terminada, dará conhecimento aos senhores deputados daquilo que foi a aprovação desta ITI. -----

O Senhor Presidente da Câmara salientou a assinatura do Protocolo para financiamento da Loja do Cidadão, que é uma realidade, pois a antiga panificadora está a sofrer alterações, adaptações para que se possa ter a Loja do Cidadão, onde vai funcionar o Espaço Cidadão, as Finanças, a Segurança Social e um espaço para o Empreendedorismo e para o Empreendedor, que é um espaço para quem tem uma pequena empresa, em que basta ter um computador com um terminal para fazer os seus negócios,

mas que não tem um espaço para atender e receber os clientes, podendo fazê-lo neste espaço, mediante previa marcação. -----

Informou ainda que a Câmara concorreu para estar presente na loja do cidadão um GIP – Gabinete de Inserção Profissional, no âmbito do Centro de Emprego e Formação Profissional, o que vai permitir que os sardoalenses não tenham de se deslocar a Abrantes para terem contacto com o Instituto de Emprego e Formação Profissional podendo ter aqui um elo de ligação para casos mais simples. -----

Referiu ainda que a Autarquia se encontra num processo de análise, de negociação, no âmbito do Programa Aproximar, no âmbito da delegação de competências na área da Saúde. Referiu que há um ano atrás tinha mostrado disponibilidade ao Ministro da Saúde para que o Sardoal integrasse o projeto piloto, denominado na altura, Unidades de Saúde Familiar de terceira geração, que o que fazem é o aproximar de algumas decisões para este território. -----

Há muitos anos que se diz que o problema está no Terreiro de Paço mas agora que se quer que o Terreiro de Paço se desloque para o interior, tem de haver coragem para aceitar e assumir, sem que isso possa causar prejuízo ao Município. O que se acredita e, o que está em estudo, é que haverá vantagem para os sardoalenses e para o Sardoal. -----

Informou ainda que, a exemplo daquilo que é feito com a educação não estão os professores, na saúde também não vão estar os médicos, os técnicos especializados e os enfermeiros também, mas acredita que o facto de o Sardoal ser parceiro, desde a primeira hora neste projeto piloto, possa ter alguma capacidade de exigir que tudo corra bem no concelho, em termos de saúde, de médicos de família, de horários de atendimento. A ligação da Autarquia com o ACES tem sido em permanência e em breve as coisas vão melhorar, nomeadamente aquilo que tem sido um grande problema, que é a medicação ser passada só com um mês, a pessoa deixa o pedido de medicação e, só passado um mês é que vai ser passado, havendo neste momento instruções para que se contrate mais um médico para o Centro de Saúde, que terá cinco horas semanais só para tentar atualizar esta medicação. Já existe a aprovação por parte da diretora do ACES, mas ainda não foi feita a contratualização desse médico, porque é em outsourcing. Tudo isto é fruto do trabalho e da ligação que a Autarquia em tido com a saúde. -----

Os serviços técnicos da Autarquia não estão parados, além daquilo que são as estruturas normais, está-se a fazer e a acompanhar outro tipo de obra, a acompanhar aquilo que tem dado alguma “dor de cabeça”, que é o trabalho que tem sido feito para preparação de captação de água da barragem de Castelo de Bode até ao Sardoal, a empresa não tem sido muito rigorosa e a Autarquia anda

constantemente a acompanhar “em cima deles”, para que as coisas fiquem, pelo menos, iguais ao que estavam antigamente, se não puderem ficar melhor. -----

O Senhor Presidente da Câmara mostrou a sua disponibilidade para responder às questões colocadas pelos Senhores deputados. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2.Lista dos compromissos plurianuais;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3.2ª Revisão Orçamental e 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo que se trata de uma questão técnica, pois foi dada uma classificação económica para o fundo de apoio municipal, mais tarde houve informação que essa classificação não era da rubrica onde estava mas sim numa outra, tendo assim de se fazer a correção técnica. -----

Considerando a alínea a) do nro. 1, do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar a 2ª Revisão Orçamental e 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano, com dezanove votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

4.Proposta final – regulamento do parque empresarial de Sardoal;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ter sido aprovado em reunião de Câmara a proposta de Regulamento, a qual teve um período de discussão pública, no qual a Câmara recebeu um contributo e o que se quer, na Assembleia Municipal, é espelhar uma alteração proveniente desse contributo. No fundo, para a Câmara era evidente, estando-se a falar dos lotes 1, 2 e 3, que foram adquiridos antes do Regulamento e do Plano de Pormenor da Zona Industrial e, que é de justiça e, o que a Câmara sugere e que foi também sugerido por um dos empresários que está num dos lotes, é que se excecionasse os mesmos, deste Regulamento, era esta a ideia da Câmara e não seria preciso, obrigatoriamente, mesmo numa situação de eventual conflito, estaria sempre do lado deles esta questão, por isso mesmo o que se propõe é que fique claro a retirada destes lotes deste Regulamento.

Propõe-se também a aprovação deste documento, que é um instrumento fundamental para o Parque Industrial do Sardoal, porque como todos já devem ter reparado, tem havido movimentações em termos de empresas no Parque Industrial, há uma empresa que se está a deslocalizar da zona de Cernache de

Pombal, que se quer fixar nesta zona e que já está com as obras bastante adiantadas. Referiu também que um dos lotes que tinha sido cedido, em que nada tinha sido feito, no seguimento daquilo que tinha sido o contacto da Autarquia, com todos os detentores de lotes da zona industrial, a pessoa assumiu que não tinha condições para o fazer e já se encontra em processo de devolução desse lote, far-se-á em breve a escritura de retorno, existe também outro empresário que tem um lote e nada está feito, demonstrou também já vontade de se constituir a esta comissão de valorização das benfeitorias que ali existem, para que possa ser transmitido a outro potencial interessado. Há alguns interessados que já contactaram a Câmara, mas o executivo é de opinião que, para que não se corra erros do passado, os quais qualquer pessoa teria feito, pois era um período em que era importante ter um regulamento de zona industrial e que fosse o mais aberto possível pois existia uma concorrência feroz de empresas e de captação de investimento. -----

Por isso o que se quer é que a cedência dos novos lotes disponíveis, no momento tem-se dois mas em breve passar-se-á para três, possam ser feitas já à luz deste regulamento. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo que este Regulamento é de facto importante e, no passado, a atribuição dos lotes era feito sobre o direito de superfície, as pessoas tinham um período, durante o qual podiam usar o lote e ao fim desse período, não sendo renovado o direito de superfície, o lote revertia para o proprietário e agora, passa-se para um sistema de compra e venda, situação que não o choca, mas que gostaria de deixar em nota, pois não sabe se toda a gente deu conta desta questão. O Senhor deputado fez uma chamada de atenção ao artigo 13º, sobre o prazo para a realização da escritura, que terá de ser celebrada depois de aprovado o projeto urbanístico mas também existe a opção de ser no prazo de 120 dias a contar da data de celebração do contrato de promessa e, sabendo que os licenciamentos da parte municipal em que haverá toda a vantagem em acelerar todo o processo de licenciamento, mas podem ter de intervir em sede de licenciamento, outras entidades publicas que nem sempre respeitam os prazos, na sua opinião, não sabe se este prazo será suficiente. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Câmara se empenhou muito neste assunto e se houver razões válidas da parte do detentor do lote e que possa haver prorrogação de prazos, a situação será analisada em reunião de Câmara. O que interessa é disciplinar, da parte da Câmara, haverá o compromisso de um cumprimento de prazos rigoroso para que o ónus da culpa não fique do lado da Autarquia e, da parte do investidor, terá de trabalhar também nesse sentido. É um terreno que é cedido

para se produzir riqueza e postos de trabalho no concelho e isso tem de ser feito o mais depressa possível. -----

Considerando a alínea g) do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento do Parque Empresarial de Sardoal, com dezanove votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

5. Compromissos plurianuais – delegação de competências;

O Senhor Presidente da Câmara referiu que se manterá tudo como tem sido, mas o que acontece é que na altura em que se fez a delegação de competências no Presidente da Câmara, e que foi aprovado em Assembleia, não havia legislação específica para a lei dos compromissos e pagamentos em atraso e fez-se por analogia à lei dos contratos públicos, à lei que estava em vigor, entretanto saiu a lei dos compromissos e pagamentos em atraso neste ano e verificou-se que passou a haver enquadramento para o que se estava a praticar, assim, o que se propõe é que se mantenha tudo como até aquela data, sendo certo que a lei dos compromissos e pagamentos em atraso não obriga a que a lista venha à Assembleia Municipal. Disse ter assumido o compromisso em reunião de Câmara e assume o mesmo em sessão de Assembleia Municipal, para que todos fiquem a conhecer. Os serviços irão ter a indicação que, apesar de não ser obrigatório dar conhecimento à Assembleia Municipal, a Câmara tem intenção de o continuar a fazer. -----

Considerando as alíneas b) e c) do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade delegar no Presidente da Câmara a assunção de Compromissos Plurianuais, nos termos da legislação referida anteriormente e revogar a autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 28 de Setembro de 2012, com dezanove votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

6. Isenção de vistorias - ARU;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo que no conjunto de benefícios fiscais que a Área de Reabilitação Urbana vai ter, há uma parte em que tem de haver uma alteração de dois níveis e, para que isso aconteça ou para que se verifique o estado inicial e final do prédio, tem de haver uma

vistoria, cujo valor, de acordo com a tabela de taxas, é de cerca de 70 euros, não fazendo sentido estar-se a incentivar as pessoas para melhorarem os seus prédios, para melhorarem os seus edifícios e que se tenha um conjunto de incentivos fiscais, quando depois a pessoa terá de pagar duas vezes pela vistoria, de acordo com a tabela de taxas e só a Assembleia Municipal tem competência para se fazer a alteração à tabela, de acordo com a proposta do executivo municipal. O que se propõe também, ao mesmo tempo, é que haja isenção na segunda vistoria, funcionando a primeira, como uma garantia, a pessoa deixa o montante da vistoria como garantia e, se se verificar a alteração desses dois níveis, prevista na área de reabilitação do regulamento da Câmara então essa taxa inicial passa a caução e é devolvida à pessoa. Não tem qualquer impacto nas receitas da Autarquia porque seria uma receita nova que se iria ter, da qual se quer prescindir, porque se quer que as pessoas tenham esse conjunto de incentivos. -----

Referiu também que, a Área de Reabilitação Urbana é fundamental por causa do novo quadro comunitário de apoio que está a decorrer, sendo um instrumento fundamental para algumas candidaturas que a Câmara quer fazer. Neste momento fez-se uma área de reabilitação para uma zona consolidada de Sardoal, tendo a indicação de que não pode ser feita noutras áreas. Também sabe que há outros municípios a fazer-las noutras áreas, estando a Câmara atenta se na verdade esses municípios estão corretos ou não e, também ainda não estão aprovadas, precisando da aprovação do IRU. -----

Informou ainda que a assessoria técnica, que a Câmara teve para esta área, disse que não podia ser, mas por se saber de outros municípios que estavam noutro caminho, a Câmara vai analisar e tentar saber se poderá ser feita noutras áreas. -----

A preocupação da Câmara naquilo que são benefícios fiscais municipais e, numa primeira fase, está-se a falar só dos benefícios nacionais, independentemente das áreas do concelho que sejam consideradas áreas de reabilitação urbana, o que a Câmara irá fazer é, o conjunto de incentivos fiscais municipais que forem aplicados à ARU, serão alargados a todo o concelho, esta proposta virá a outra sessão da Assembleia e quando se fizer a revisão da tabela de taxas, far-se-á a implementação dos benefícios fiscais da ARU a todo o concelho, independentemente de poderem ser ou não, consideradas outras áreas de reabilitação urbana. -----

Considerando a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara e de acordo a Portaria nro.

1192/B7 2006, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a isenção do valor das vistorias, de acordo com a proposta apresentada, com dezanove votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

7.Prestação de serviços - certificação legal de contas – parecer prévio; -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que de acordo com a legislação e desde o ano passado a Câmara passou a ter um revisor oficial de contas, um auditor externo e, a lei diz que a aprovação tem de ser feita em sede de Assembleia Municipal, daí propor-se a contratação de um auditor externo. -----

Considerando o artigo 77º, da Lei nro. 73/ 2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por maioria aprovar a proposta do Executivo Municipal e nomear a empresa Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, para prestação de serviços de certificação legal de contas, com quinze votos a favor (PSD e GIS) e quatro abstenções (PS). -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

8.Concurso de bombeiros – prorrogação de prazo;

O Senhor Presidente da Câmara referiu que na reunião de Câmara de 20 de novembro de 2014 e da Assembleia Municipal de 26 de novembro do mesmo ano, foi tomada a opção de contratar o serviço de bombeiros para o município, mas acontece que o facto de se ter trazido nessa altura a aprovação foi porque o processo teria de ir para o Senhor Secretário de Estado para permitir esta exceção de contratação e o que se optou na altura, foi de ir com a força da aprovação dos órgãos municipais. O pedido foi feito e a resposta foi que se podia abrir o procedimento concursal para os bombeiros só que, o que diz a legislação é que, o período desde a sua aprovação até ao período final de contratação não pode decorrer mais de seis meses, os quais foram ultrapassados, fruto dessa solicitação ao Sr. Secretário de Estado e, o que se faz agora, é pedir a prorrogação do prazo, com o compromisso de que o processo se conclua a 30 de setembro e a partir do dia 01 de outubro, se possa ter estes bombeiros, no seguimento daquilo que foi a intervenção do Senhor deputado Francisco Lopes, se na verdade não houvesse necessidade de se ter mais homens e mulheres, não se estaria a fazer este processo concursal, até porque eles vão-se reformando, inclusive esta semana houve mais um bombeiro que se aposentou. -----

Interveio o Senhor deputado Francisco Lopes referindo não estar ao serviço porque não deixam, não querendo ocupar o lugar do bombeiro que se aposentou, o que queria era estar como voluntário, mas como perguntou, no dia 30 de abril do ano passado, se a nomeação do novo comandante não seria a continuação do anterior, ao que lhe responderam que não e em algumas coisas já houve melhoras mas outras mantêm-se na mesma. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu ser de mau tom estar a misturar questões pessoais com aquilo que são as questões institucionais e o Senhor deputado falou do seu caso particular pedindo ao deputado que, daquilo que é o seu direito, faça um requerimento com aquilo que precisa e ser-lhe-á dada resposta, se tem pessoalmente alguma questão, alguma dúvida em relação aos Bombeiros, o Senhor Francisco Lopes e não o deputado Francisco Lopes, no seu caso pessoal, pode dirigir-se ao Presidente de Câmara, com os documentos disponíveis, garantindo que terá uma resposta nesse sentido. Se diz que quer entrar para os bombeiros e que há entraves, terá de ser esclarecido e o terá respostas mas, em sessão de assembleia estar a levantar uma questão pessoal, não lhe parece que fique muito bem, mas o Senhor Presidente da Assembleia é que sabe, mas o município Francisco Lopes, quando quiser institucionalmente dirigir-se à Assembleia Municipal ou à Câmara Municipal, fará uma carta ou o que entender, poderá ir a uma reunião de Câmara, como município, garantindo que, no prazo definido pelo Código do Procedimento Administrativo, ser-lhe-á dada uma resposta. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que a questão em abstrato, fará sentido mas particularizando deixa de o fazer e sendo membro desta Assembleia terá de fazer essa distinção. - O Senhor deputado referiu que isto não é um caso de interesse pessoal mas sim de interesse público, porque tem toda a formação da escola nacional de bombeiros. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu concordar com o Senhor deputado e que ainda não dormia descansado porque se já o fizesse não haveria necessidade de se estar a fazer esta contratação e o que tem dito é que quer dormir descansado. -----

Considerando o n.º 3, do artigo 64º, da Lei n.º 83-C/ 2013, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a prorrogação de prazo da homologação da lista de classificação final, até 30 de setembro de 2015, com dezanove votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

Período de Intervenção do Público

Ata n.º 3

Realizada no dia 30-06-2015

Sessão Ordinária

Tomou a palavra o munícipe, Senhor Rui Valente, membro da Assembleia de Freguesia, louvando pela iniciativa de levar as Assembleias Municipais a outras freguesias tendo pena que nos Valhascos não tenha tido a participação que devia, talvez porque a sua divulgação não foi a necessária, na sua opinião 90% das pessoas dos Valhascos não sabiam ou não sabem da realização da Assembleia Municipal naquela Junta de Freguesia. -----

Referiu querer falar sobre o manifesto eleitoral que lhe foi dado pelo Senhor Presidente, o qual legitimou o documento. Sabe e reconhece que no concelho, este executivo tem feito algumas coisas muito interessantes mas relativamente ao que foi prometido para os Valhascos, nestes dois anos foi feito zero, nomeadamente rede viária, ação social, cultura, saúde, ETAR'S, se bem que na entrada teve uma boa notícia pois o Senhor Presidente lhe disse que brevemente se iria renovar a ETAR, porque a da Rua da Fontes dos Mouros é uma vergonha. A iluminação pública de Valhascos é a pior do concelho, tem mais de sessenta anos, muitos dos postes não funcionam, havendo mais postes de iluminação desde a ponte do Sardeal até à zona industrial, do que na freguesia de Valhascos. O que o preocupa muito é a segurança rodoviária, tendo abordado o assunto na Assembleia de Freguesia, tendo também o Senhor Presidente achado que é necessário e importante fazer alguma coisa, mas verbas não há e todos sabem qual é a perigosidade que aquela via tem, as duas vias de entrada na freguesia, entrando muito trânsito, tudo em excesso de velocidade e gostava que mais tarde não houvesse algum acidente que se viesse a lamentar. -----

Terminou o munícipe, pedindo ao Presidente a Câmara que olhasse um bocadinho mais para a terra da sua avó. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que no que diz respeito à publicidade das Assembleias Municipais, ela é feita pelas vias habituais, existindo editais expostos, mas não se pode colocar um edital em cada caixa do correio e as pessoas também têm de olhar para os sítios onde os editais estão expostos, as pessoas sabem que as assembleias municipais são regulares, umas são ordinárias, outras extraordinárias e em função disso também têm a obrigação de procurar em que data se realizam. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo respeitar e não podia ser de forma, os contributos que as pessoas têm quando se dirigem a estes órgão ou quando é abordado na rua referindo o que acham que deveria ser feito e o que acham que está mal feito, agradece que assim o façam e, quem o ajuda a governar bem o concelho não é aquele que diz que está tudo bem mas sim aquele que aponta

os pontos fracos, as omissões, as dúvidas, contudo, acha que o munícipe foi um bocadinho injusto, podendo até dizer que o programa não é para dois anos, que se está ainda a trabalhar na pavimentação, também porque no mandato passado foi a freguesia que mais pavimentação teve, havendo outras freguesias que infelizmente ainda não levaram absolutamente nada. Referiu também, haver questões estruturantes que se está a fazer e que é para todo o concelho, inclusivamente para os valhasquenses. Nomeadamente a questão da saúde, com o protocolo que se irá assinar, a questão da educação, pois está-se a lutar por uma escola em condições para todos os alunos do concelho, a loja do cidadão, é a garantia de que os serviços públicos que se tem no concelho, se vão manter, tudo isto é um trabalho que está a ser feito para todo o concelho, existindo ainda muita coisa para fazer nas diferentes freguesias. A Câmara está atenta e, o que diz o manifesto e aquilo a que o executivo se comprometeu, é um conjunto de necessidades, que se sabe existirem no concelho e, o que está no manifesto não é um conjunto de promessas, é um compromisso com o qual o executivo se comprometeu perante os sardoalenses, perante o levantamento daquilo que são as necessidades do concelho em que tudo fará para conseguir suprir estas necessidades, sendo certo que muitas delas não dependem da Câmara mas sim dos fundos comunitários, dos financiamentos externos à Câmara, de qualquer das formas tudo fará para cumprir o que está no documento. -----

Referiu não ter percebido o que quis dizer com ação social, porque se há coisa que a Câmara tem certeza que se está a trabalhar bem, é no âmbito da ação social e contudo é o menos visível, tem-se tido um trabalho bastante grande, com visitas domiciliárias, em vários âmbitos, mesmo no âmbito da CPCJ, da Segurança Social, tem-se acompanhado casos, inclusive em Valhascos, muito, muito difíceis e nestes dois anos já apanhou casos, em Valhascos e no concelho, dos mais difíceis e situações dramáticas até, que nenhum dos presentes gostaria de passar por elas, garantindo que irão continuar a não saber o que se faz no âmbito da ação social, porque mal será, um dia, em que essas situações sejam notícia, infelizmente tem sido uma intervenção que vai para além do que gostaria que fosse e que era desejável. -----

O munícipe referiu, em relação à iluminação, que teve conhecimento que brevemente a manutenção do sistema elétrico iria passar para Câmara, por exemplo a substituição e, antes de isso acontecer deveria fazer-se um ofício à EDP para substituir estas linhas que têm mais de sessenta anos. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu não haver qualquer previsão de passar para a Câmara, o que há é e, também dentro deste ITI, investimentos territoriais integrados e, talvez daí possa haver alguma

confusão, existe um conjunto de projetos que a Câmara irá integrar, nomeadamente em substituir as luminárias por outras de melhor eficiência energética, no âmbito da eficiência energética, mas a responsabilidade será sempre da EDP será a Câmara a substituir essas luminárias porque é a Câmara que paga as faturas. -----

Tomou a palavra o munícipe, Senhor Amável Casola, para colocar três questões, a primeira, foi-lhe dito que a conduta da água que vem de Castelo de Bode para a Cabeça das Mós e Valhascos foi embargada por um proprietário, pois a Câmara estava a fazer um trabalho no seu terreno e não pediu autorização para o fazer. A segunda questão tem, a ver com também com a água de Castelo de Bode, pois segundo foi informado, não foi publicado em Diário da República o abastecimento da água para a Cabeça das Mós nem para Valhascos, querendo saber se é verdade e para quando é que irá terminar a conduta da água. O munícipe referiu ainda que no concelho quase todos os postos de saúde encerraram, menos o de Sardoal, mas não percebe como é que concelhos vizinhos, como Mação, há pouco tempo inaugurou um novo centro de saúde em Penhascoso, com um médico permanente um dia por semana. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder ao munícipe, começando pela questão do centro de saúde e, pelo que sabe, o posto já existia, foi só mesmo a inauguração do edifício. -----

O Senhor Presidente da Câmara aproveitou ainda para dizer, relativamente à segurança rodoviária, questão colocada por outro munícipe, que, o primeiro infrator é sempre o condutor, não é que isto o satisfaça muito em caso de acidente, contudo, no âmbito da Comissão Municipal de Trânsito, pode-se e deve-se analisar essa situação, pedindo desculpas por não ter respondido anteriormente. -----

No que concerne às condutas da água, disse não ter conhecimento de qualquer situação e nem deveria ter, pois este é um processo da empresa Águas do Centro e, quem tem de fazer o contacto é a empresa, o que sabe é que estará tudo pronto, para que nos próximos dias se façam as ligações e se possa começar a beber água da Barragem de Castelo de Bode. -----

Relativamente à publicação em diário da república, explicou que a empresa tem o abastecimento de água em alta, ou seja, desde a captação até ao depósito, esta é a responsabilidade da empresa Águas do Centro e, em baixa, o sistema vai continuar a existir, garantindo que os munícipes terão água nas suas torneiras todos os dias, com exceção de algumas situações que podem existir, mas como já disse é feito um edital a sensibilizar os munícipes para essas situações indesejáveis, mas essa questão não é

da Câmara, que faz o acompanhamento, como parte interessada, como pagante, como consumidor, como cliente da empresa águas do centro. -----

O município referiu que o abastecimento da água não seria de Castelo de Bode, dado que não existir conduta do Pisco, que é o ponto de referência, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que serão usadas condutas e depósitos que já existem, pois nem tudo vai ser novo, ao que o município perguntou porque é que foi feita uma estrutura que está no terreno de um particular. O Senhor Presidente referiu haver depósitos novos e depósitos aproveitados bem como as condutas e a água virá de Castelo de Bode. Referiu ainda que se espera que a Barragem da Lapa entre em obras brevemente, o que obriga ao esvaziamento total da mesma e como tal existe esta preocupação para que não falte água nas torneiras de todos os sardoalenses. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que houve um projeto inicial o qual sofreu algumas alterações posteriormente. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e uma horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____